

**Adna Kelli da Silva
Antonia G. Alves da Silva
Hendrix Cortez da Silva
Juliana Ferreira de Almeida
Léia dos Santos Bulgarélli
Maria Antonia Facchini
Taisa Rodrigues Soares**

INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS



INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

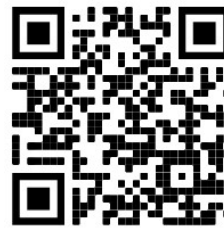
Adna Kelli da Silva
Antonia Gilcicleide Alves da Silva
Hendrix Cortez da Silva
Juliana Ferreira de Almeida
Léia dos Santos Bulgarélli
Maria Antonia Facchini
Taisa Rodrigues Soares



– Publicação de ebooks das mais
variadas linhas editoriais:
isciweb.com.br/livros



– Publicação de artigos científicos
em nossa Revista Científica Digital
Multidisciplinar:
isciweb.com.br/revista



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Editoração / Capa: Instituto Saber

ALMEIDA, Juliana Ferreira de; BULGARÉLLI, Léia dos Santos; FACCHINI, Maria Antonia; SILVA, Adna Kelli da; SILVA, Antonia Gilcicleide Alves da; SILVA, Hendrix Cortez da; SOARES, Taisa Rodrigues. Inclusão Escolar: dificuldades e desafios. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2022.

43 p.
ISBN 978-65-87333-42-7

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

SOBRE OS AUTORES:

Adna Kelli da Silva: Licenciada em Pedagogia. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Professora efetiva na rede municipal de Cuiabá, MT. Atua como professora alfabetizadora do Ensino Fundamental.
adnnakelly@hotmail.com

Antonia Gilcicleide Alves da Silva: Graduado em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa/Francês (UFMT). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (FAEP). Especialista em LIBRAS lato sensu (IFMT). Professora de Artes na rede municipal de Cuiabá, Mato Grosso, Ensino Fundamental.
e-mail: 792antoniaalves@gmail.com

Hendrix Cortez da Silva: Licenciado em Pedagogia. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Professor efetivo na rede municipal de Cuiabá, MT. Atua como professor especialista na sala multifuncional AEE.
hendrixcortez86@gmail.com

Juliana Ferreira de Almeida: Arte Educadora. Especialista em Arte e Educação. Mestranda em Arte, pelo Prof-Artes/UFMS. Professora efetiva na rede municipal de Cuiabá-MT. Atua como professora de Arte na Educação Infantil e Ensino Fundamental.
juliana.arte.23@gmail.com

Léia dos Santos Bulgarélli: Faculdade Integrada de Tangará da Serra - Unic, curso de Licenciatura em Pedagogia. Especialização: Faculdade de Educação de Tangará da Serra - UNISERRA, curso de Alfabetização e Letramento.
leiabulgarelli15@gmail.com

Maria Antonia Facchini: Graduada em pedagogia (Unic). Especialista em Planejamento e Gestão da Educação. Professora do Ensino Fundamental, município de Cuiabá-MT.
facchinimariaantonia@gmail.com

Taisa Rodrigues Soares: Licenciada em Pedagogia. Professora efetiva na rede municipal de Cuiabá-MT. Atua como professora alfabetizadora do Ensino Fundamental.
taisarodriguessoares@hotmail.com

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

RESUMO

Sabemos que historicamente a inclusão social vem sendo discutida e repensada há vários anos, com o objetivo de estimular a igualdade no tratamento entre pessoas com deficiências e os demais cidadãos. A presente pesquisa busca retratar a inclusão escolar em dois aspectos: buscar identificar as dificuldades encontradas por professores de uma escola municipal de Cuiabá-MT, ao trabalhar a inclusão escolar. Trata-se de uma abordagem qualitativa, sendo o método utilizado é o de estudo de caso, na obtenção dos dados utilizou-se de um questionário semiestruturados, contendo sete perguntas abertas, aplicados entre os dias 04 a 10 de outubro de 2013 fundamentada nos assuntos relevantes a inclusão social no âmbito escolar, como também levantamentos bibliográficos e registros fotográficos. E outro aspecto é de cunho bibliográfico realizada no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2008 a 2018 acerca do papel inclusivo do coral de Libras para a comunidade surda e para a sociedade em geral. O tema pesquisado aborda a educação inclusiva nas escolas e a contribuição que o coral de Libras traz para a inclusão dos surdos, a realização da pesquisa embasou-se nos documentos oficiais sobre o uso e difusão da Libras, bem como autores renomados Quadros e Karnopp (2004), Monteiro e Felipe (2006), e Sá (2006). E outros que encontra-se nas referências bibliográficas. Após a finalização das leituras dos referenciais, observou que ainda há muito o que se pesquisar nesse tema, que é um assunto complexo e há poucos estudos sobre Libras envolvendo o coral.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Professores. Coral. Libras.

SUMMARY

We know that historically social inclusion has been discussed and rethought for several years, with the aim of encouraging equal treatment between people with disabilities and other citizens. This research seeks to portray school inclusion in two aspects: to seek to identify the difficulties encountered by teachers of a municipal school in Cuiabá-MT when working on school inclusion. It is a qualitative approach, and the method used is the case study, in obtaining the data a semi-structured questionnaire was used, containing seven open questions, applied between October 4th and 10th, 2013 based on the subjects relevant to social inclusion in the school environment, as well as bibliographic surveys and photographic records. And another aspect is of a bibliographic nature carried out in the bank of theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, from 2008 to 2018 about the inclusive role of the Libras choir for the deaf community and for society in general. The researched topic addresses inclusive education in schools and the contribution that the Libras choir brings to the inclusion of the deaf, the research was based on official documents on the use and dissemination of Libras, as well as renowned authors Quadros and Karnopp (2004), Monteiro and Felipe(2006), and Sá (2006). And others that are found in the bibliographic references. After completing the readings of the references, he noted that there is still much to be researched on this topic, which is a complex subject and there are few studies on Libras involving the choir.

Key words: School inclusion. Teachers. Coral. Pounds.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
1. PROFESSOR E A INCLUSÃO ESCOLAR.....	17
1.1. Área de Estudo	17
1.2. Material e Métodos.....	17
1.3. Resultados e discussões.....	18
2. O ENSINO EM LIBRAS.....	30
2.1 LIBRAS: seu uso e difusão através do coral.....	30
2.2 Metodologia.....	35
2.3. Resultados e discussões.....	36
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
4. REFERÊNCIAS.....	39
5. ANEXOS.....	42

INTRODUÇÃO

Sabemos que historicamente a inclusão social vem sendo discutida e repensada há vários anos, com o objetivo de estimular a igualdade no tratamento entre pessoas com deficiências os demais cidadãos. Assim, merece destacar que um dos documentos que garante esse direito a qualquer cidadão, é a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1998), na qual afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

A Declaração Universal de Salamanca (1994), contribui ao preconizar que toda criança e jovem com necessidades educativas especiais tem o direito fundamental à educação e acesso às escolas regulares, adequando-a através de uma pedagogia centrada na criança, atendendo suas necessidades, constituindo uma sociedade educacional inclusiva, combatendo as ações discriminatórias, além de proporcionar a educação para todos e promover eficiência no sistema educativo.

Nesse sentido Boneti (1997), destaca que para propiciar a garantia de uma educação de qualidade para todos, é necessário que tenha uma reciclagem escolar, fomentando não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças; sendo esta valorização efetuada pelo resgate dos valores, o que fortalece a identidade individual e coletiva.

A respeito da escola inclusiva Fragoso e Casal (2012) destacam que o processo educativo deve privilegiar as relações sociais, abrangendo todos os estudantes e assegurando o direito a escola, para que as crianças especiais, atinjam o máximo do seu potencial, mediante a um processo adequado às suas necessidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96), contribui com a escola inclusiva ao determinar como um de seus princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", recomendando que a educação apresentada aos estudantes com deficiências seja realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Silva, Martinez e Santos (2012) corroboram com a legislação ao afirmarem que para esses princípios serem assegurados e cumpridos na escola regular, são necessárias mudanças que possibilitem a organização das mesmas, proporcionando a eliminação das barreiras atitudinais, pedagógicas, de comunicação, arquitetônicas, entre outras.

Assim sendo, fica claro a relevância da necessidade da existência de uma escola inclusiva, onde professores, estejam preparados para receber estudantes com deficiências.

Uma das formas de inclusão nas escolas, é a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRA), reconhecida pela Lei Nº 10.436/02 como forma de comunicação e expressão da comunidade surda com estrutura gramatical própria. Essa Lei foi um marco para esta comunidade, seguida do Decreto Nº 5.626/05, que vem regulamentar a Lei e indicar que a Libras deve ser utilizada e difundida na sociedade e, para isso, regulamenta a inserção obrigatória da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, e optativa nos demais cursos de educação superior e educação profissional. Desde o surgimento desta lei, muitas são as ações para que ela se cumpra, dentre elas cursos de Libras para familiares, professores e a sociedade em geral, em escolas, igrejas, centros de ensino e associações, dando a possibilidade de melhor interação entre esses sujeitos, sendo este um primeiro passo para a inclusão do surdo na sociedade.

Uma das formas de inclusão do surdo e também ensino de Libras para ouvintes é o coral, pois, através da música, este possibilita incluir e ensinar Libras de forma dinâmica, divertida para diversas faixas etárias, permitindo a comunicação e interação entre surdos e ouvintes em qualquer âmbito social. Diante do exposto, a presente pesquisa objetivou identificar quais as dificuldades encontradas pelos professores para se trabalhar a inclusão escolar

na rede de ensino de uma escola pública em Cuiabá, Mato Grosso e pesquisar acerca do papel inclusivo do coral de Libras para a comunidade surda e para a sociedade em geral.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pensando-se na manutenção das relações sociais, aconteceu na década de 90 no Brasil várias reformas, principalmente na área da Educação, atingindo a todos os setores inclusive a Educação Especial. Surgindo assim novas perspectivas no campo da educação especial. Garcia e Michels (2011, p. 106) enfatizam que nos anos 90:

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Desde 1990 com o primeiro documento até chegar a Declaração Universal de Salamanca (1994), muito tem se pensando e mudado com relação a Inclusão escolar, um dos aspectos é pensar como as escolas públicas e os educadores estão se preparando e se estão aptos a educação especial. Sobre a inclusão escolar MENDES (2006) traz uma ressalva deste processo que vem sendo construído desde 1990, com a educação especial nas escolas públicas.

A inclusão escolar vem sendo debatida profundamente e em nível mundial desde a década de 1990; a escola pública deve assumi-la como compromisso e responsabilidade social, cabendo aos governantes, em todas as esferas, garantir que esse processo ocorra (Lacerda, 2006). “Assim, a Educação Especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação (Mendes, 2006, p. 388)

Silva, Martinez e Santos (2012) enfatizam que uma escola considerada inclusiva abandona a distinção entre seres humanos, não seleciona baseando nas diferenças, mas, deve estar preparada para receber PcD como um ser humano como capacidade de progredir, proporcionando as condições para tal,

e reconhecendo o processo como evolução no sistema educativo. Para FORQUIN (1992), a escola possui várias culturas, com relação a forma de avaliar o aprendizado da criança, com exercícios, notas e classificação e sabemos que para estudantes especiais este critério de avaliação ele não é considerado inclusivo.

A cultura escolar apresenta-se assim como uma cultura segunda com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e de sanções. (Forquin, 1992, p. 33-34)

A inclusão escolar deve ser defendida e sempre proposta em discussão com uma legislação que funcione a todo rigor, Machado e Albuquerque (2012) frisaram em um de seus trabalhos, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (n. 9.394/96) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) apoiam que a Educação Especial, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, estimulando o ambiente escolar, a ser uma inclusão educacional.

Para isso Battisti (2007) salienta que a inclusão educacional da criança com deficiência garante a ela o direito à integração com os demais estudantes, como a igualdade no tratamento. Desse modo estimula o melhor desenvolvimento físico e psíquico ao Pcd e aos demais, oportunizando assim atitudes de respeito, no ambiente educacional. Ainda o autor reforça da importância de a escola constituir um aprendizado competente, onde o professor aprende, enriquece seus conhecimentos e renovando sua educação, fomentando a escola a enxergar novos desafios. Para FARIAS FILHO et al (2004) o que acontece no interior de uma escola vai muito mais além do que prática e teorias envolvendo estudantes e professores, engloba toda a cultura escolar.

Para o autor, cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias. Na sua interpretação, englobava

tudo o que acontecia no interior da escola. (Farias Filho et al, 2004, pg. 147)

O professor precisa ter um bom relacionamento com as crianças, principalmente os com deficiência, precisa acompanhar de perto, entender seus desafios e dificuldades, e sempre elaborar conteúdos que propicie o aprendizado. É notório o desafio colocado ao professor em desenvolver estratégias educacionais diferenciadas é grande, e muitos ainda não estão preparados para enfrentá-las, no entanto, o estudante com deficiência já foi inserido na escola. Sendo assim, é papel de cada educador, vivenciar o desafio, de forma a contribuir, fomentando as inovações, na melhoria do sistema de educação, proporcionando o início de uma escola inclusiva.

Para uma escola ser classificada inclusiva, é preciso está respondendo aos requisitos estruturais, civis e o mais importante, psicológico e pedagógico. A respeito disso, Boneti (1997) afirma mencionando que para uma escola inclusiva, é necessário constituir um espaço privilegiado, onde permitisse a criança revelar e afirmar, sua identidade pessoal, como a grupo na qual ela pertence, contribuindo assim com a integração social da criança no espaço escolar. Esta vivência trará grandes experiências para estas crianças, com base em Marandola, Holzer e Oliveira (2012):

O lar é na verdade todo lugar, não é delimitado por limites precisamente definidos, mas, no sentido de ser o foco de intensa e experiência, é ao mesmo tempo sem limites. Lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo. O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre se estender para além deles para compreender o que significa existir no mundo. (MARANDOLA, HOLZER E OLIVEIRA, 2012, pg. 29).

Neste contexto, podemos dizer que na escola é onde as crianças obtém experiências, aprendizado, ensinamentos, e uma compreensão de mundo. Caracterizando a existência de um lar, no entanto com suas diversidades na convivência de crianças com características especiais. Está convivência deve ser pautada no respeito e compressão entre as crianças. Pois elas precisam se conhecer, ter intimidade, trocar experiência que para Tuan simboliza algo de grande relevância está troca, aonde todos aprendem Tuan (1983) :

A intimidade entre pessoas não requer o conhecimento de detalhes da vida de cada um; brilha nos momentos de verdadeira consciência e troca. Cada troca íntima acontece em um local, o qual participa da qualidade do encontro. Os lugares íntimos são tanto quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. (TUAN, 1983, p. 156)

O lugar na onde as crianças podem ter intimidade umas com as outras e igualmente se relacionar como indivíduo de diferentes culturas, religiões e etnias é na escola. Estas diferenças são percebidas ao entrar no espaço escolar, nas atividades proposta pelos professores, na maneira de falar, agir ou vestir da criança. Alguns pais preferem manter as crianças longe da escola nos períodos iniciais, para que as crianças não convivam algum tipo de preconceito pela sua deficiência e venham a ter perguntas ou indagações que os mesmos não estão prontos a responderem. Tuan (1983 pg.154) “Para a criança pequena, os pais são seu “lugar” primeiro. O adulto que lhe protege é para ela uma fonte de alimento e um paraíso de estabilidade. O adulto é também quem dá as explicações à criança, para quem o mundo pode frequentemente parecer confuso”. Entendemos que para a criança começar a ter uma relação étnica com os colegas, ela precisa primeiro ser ensinada em casa, pois os pais são suas referências primarias.

Para a criança compreender o mundo ela precisa de um lugar diferente do que vivenciado em suas famílias, para Marandola, Holzer e Oliveira (2012) compreende-se que:

“Porém, é igualmente importante compreender que é por meio de lugares que indivíduos e sociedades se relacionam com o mundo, e que essa relação tem potencial para ser ao mesmo tempo profundamente responsável e transformadora”. Muito importante que a criança esteja no espaço escolar desde os primeiros anos, para que a vivência em lugares com pessoas diferentes, possibilita a compreensão de mundo. Cavalheiro (2020) afirma que:

A experiência escolar amplia e intensifica a socialização das crianças. O contato com outras crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo família vai possibilitar outros modos de leitura de mundo (CAVALHEIRO, 2020, p. 17)

A escola precisa trabalhar assuntos relacionados ao preconceito e discriminação, pois a criança com deficiência ela precisa se sentir parte deste lar, parte da escola, e ter a certeza do seu “lugar no mundo”. Que para Marandola, Holzer e Oliveira, 2012, remete:

Lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro; não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos de geografia, O núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. (MARANDOLA, HOLZER E OLIVEIRA, 2012, p. 31)

Mendes (2006) ressalta que a inclusão escolar é muito mais que estar no mesmo espaço, é trocar experiências, homogeneizar-se, respeitando cada diferença, estimulando os estudantes especiais à interação ao grupo.

1. PROFESSOR E A INCLUSÃO ESCOLAR

1.1. Área de Estudo

Esta pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Cuiabá –MT, no aspecto de conhecer as dificuldades encontradas pelos professores na inclusão escolar.

1.2. Material e Métodos

Essa pesquisa fundamentada nos assuntos relevantes a inclusão social, foi desenvolvida em uma EMEB de Cuiabá-MT, com quatorze professores de áreas diversas, trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo o método utilizado é o de estudo de caso, pois este retrata a realidade de forma profunda, procurando revelar a multiplicidade de dimensões presentes no estudo explorado (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

A pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático, tendo como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos, sendo desenvolvida a partir dos conhecimentos disponíveis e utilização de métodos e técnicas científica, ao longo de um processo, envolvendo inúmeras fases, desde a formulação do problema, até a apresentação dos resultados (GIL, 2010).

Os dados foram coletados por meio dos questionários semiestruturados, compostos por nove perguntas abertas, aplicados entre os dias 04 a 10 de outubro de 2013. As questões estavam relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos professores em transmitir o conhecimento aos estudantes da escola inclusiva.

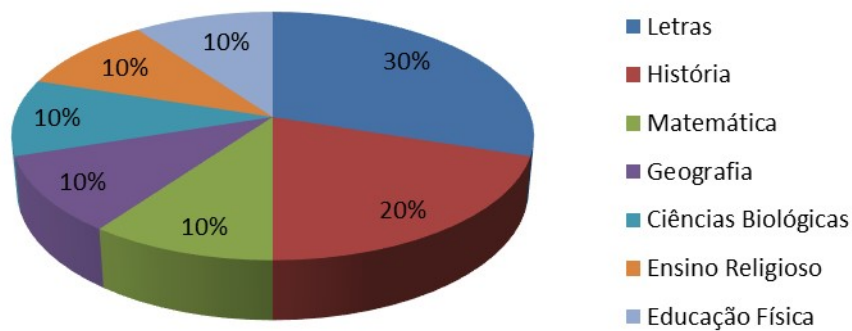
Como salienta Marconde e Lakatos (2010), a coleta de dados adquiridos por meio de perguntas abertas, obtem vantagens, pois esta permite o pesquisado emitir suas opiniões a respeito do assunto discutido, trazendo mais riqueza a pesquisa.

De acordo com Chizzotti (2003) a pesquisa qualitativa possui meios distintos dos modelos de experimentos, porque atribuem métodos e técnicas de afinidade dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado.

1.3. Resultados e discussões

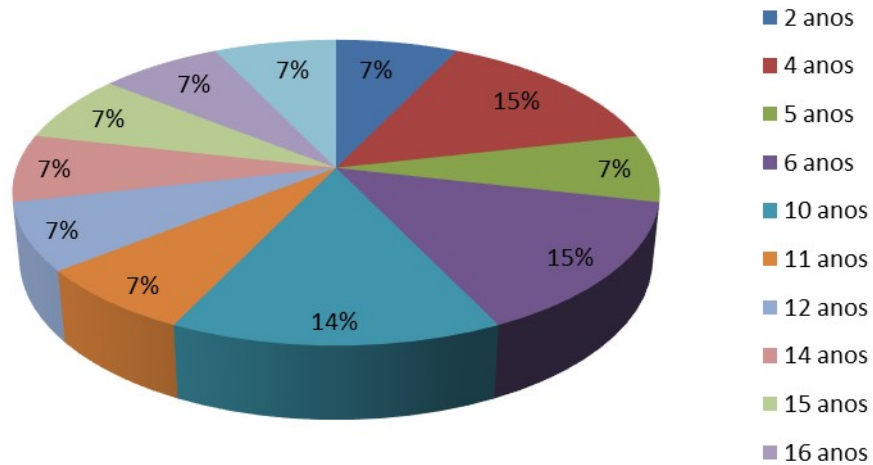
A partir da aplicação de questionário realizado com os docentes a fim de obter informação da formação profissional dos mesmos, 30% deles disseram ser habilitados em letras, 20% em história e 10% em matemática, geografia, ciências biológicas, ensino religioso e educação física (figura 01).

Figura 01: Representação Gráfica da formação profissional dos professores.



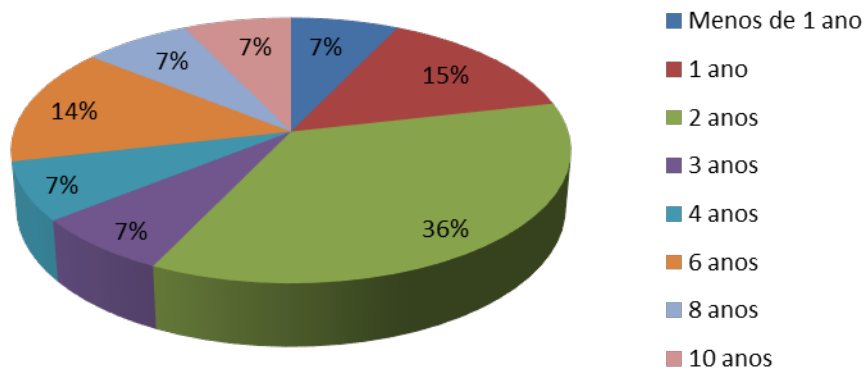
Prosseguindo, os educadores foram questionados quanto ao tempo que exerce a função na rede de educação, para essa obteve os seguintes resultados, 15% deles lecionam há 4 e 6 anos, 14% há 10 anos e 7% há 1, 2, 5, 11, 12, 14, 15 e 16 anos (figura 03).

Figura 02: Representação gráfica concernente ao tempo de magistério.



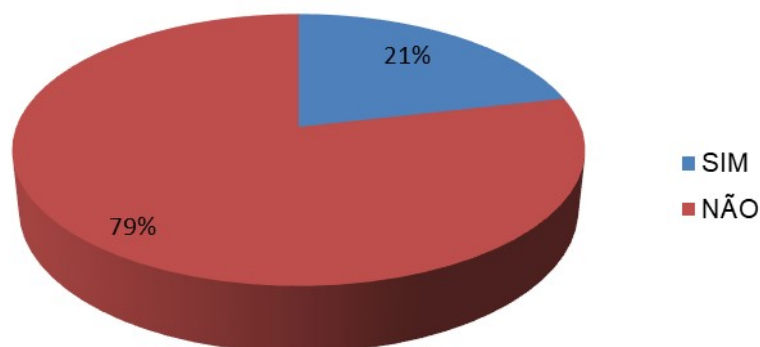
Com relação ao tempo em que cada professor, leciona na escola apuraram-se um percentual onde, 36% deles lecionam há 2 anos, 15% há 1 ano, 14% há 6 anos, 7% há 10, 8, 6, 4, 3 e menos de um ano (figura 03).

Figura 03: Representação gráfica referente ao tempo de trabalho na escola pesquisada.



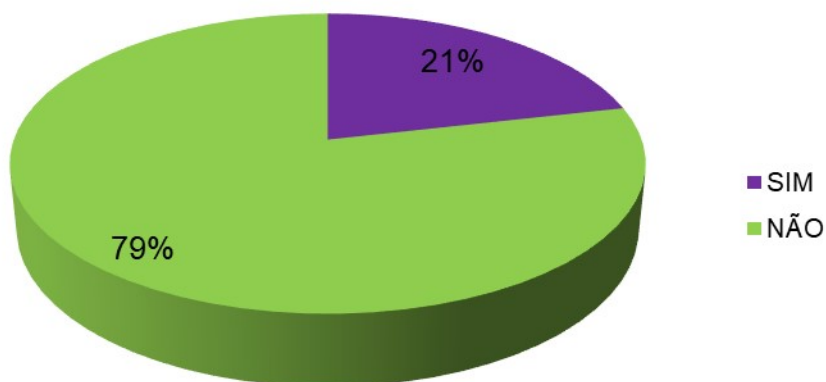
Questionados se possuía alguma formação específica para trabalhar com estudantes portadores de necessidades especiais, 79% dos educadores responderam negativamente e 21% deles disseram ter preparação profissional para lidar com sistema educativo especial (figura 04).

Representação gráfica relacionada a formação profissional voltada aos alunos PcD.



Prosseguindo foram questionados se alguns dos professores tiveram no processo de formação, uma disciplina voltada a criança portadora de necessidades especiais, resultando em um percentual onde 79% responderam negativamente e 21% deles, adquiram conhecimento do assunto enquanto estavam em processo de formação (figura 05).

Figura 05: Representação gráfica referente ao conhecimento em PcD no processo de formação profissional.



Dando continuidade, os educadores foram questionados acerca do conceito referido a inclusão escolar, as respostas foram unânimes conforme mostra o quadro abaixo (quadro 01).

Quadro 01: Quadro demonstrativo referente ao conceito de inclusão escolar.

Professor 01	“É dar oportunidade para que todos tenham oportunidade de superar suas dificuldades”
Professor 02	“É a oportunidade da criança portadora de participar e interagir com a escola auxiliando no processo ensino aprendizagem”
Professor 03	“Inclusão é a oportunidade que a criança portadora tem de estar interagindo com as demais crianças.”
Professor 04	“É o portador de necessidade especial estar inserido aos demais.”
Professor 05	“É a escola que não discrimina e auxilia para um bom relacionamento.”
Professor 06	“Para mim é auxiliar o bom relacionamento entre todos.”
Professor 07	“Incluir, socializar, transformar o mundo igual para todos.”
Professor 08	“Inclusão significa incluir, ou seja, incluir todos os alunos PcD em escolas chamadas “Normais” como direitos de todos de ter uma educação de qualidade.”
Professor 09	“É a inclusão do direito do aluno de estar participando sem nenhum tipo de discriminação para seu desenvolvimento.”
Professor 10	“Integração sem barreiras no âmbito escolar.”
Professor 11	“É garantir uma oportunidade e continuidade a todos sem discriminação e preconceito.”
Professor 12	“É garantir e assegurar o acesso e a permanência dos alunos com necessidade especiais no ensino regular e outros.”
Professor 13	“É o direito do PNNE estar inserido no ensino fundamental regular.”
Professor 14	“É garantir o acesso á escola para todos sem preconceito e discriminação.”

Observa-se que a grande maioria dos educadores, conceituaram a inclusão escolar como oportunidade, garantia, segurança, como também o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades especiais no âmbito escolar. Confirmando o raciocínio dos professores, Mendes (2006) relata que a inclusão escolar é muito mais que estar no mesmo espaço, é trocar experiências, homogeneizar-se, respeitando cada diferença, estimulando os estudantes especiais à interação ao grupo.

Silva, Martinez e Santos (2012) enfatizam que uma escola considerada inclusiva abandona a distinção entre seres humanos, não seleciona baseando nas diferenças, mas, deve estar preparada para receber o aluno como um ser humano como capacidade de progredir, proporcionando as condições para tal, e reconhecendo o processo como evolução no sistema educativo.

No decorrer das questões, foi aplicado um questionário solicitando a opinião quanto a escola considerada inclusiva, o resultado demonstrou que para os professores, inclusão é oportunizar a igualdade a todos (quadro 02).

Quadro 02: Quadro demonstrativo referente ao que seria uma escola inclusiva.

Professor 01	“É a escola que dá oportunidade e auxilia a criança a superar e avançar no seu desenvolvimento.”
Professor 02	“É dar oportunidade a aqueles que tem direito de se interagir com os demais alunos.”
Professor 03	“É não ter preconceito e dar oportunidade igual para todos.”
Professor 04	“É estar aberta a todos sem preconceito.”
Professor 05	“Aquele que dá oportunidade para a criança portadora participar do ensino fundamental.”
Professor 06	“A escola inclusiva é aquela que acolhe o aluno dando a ele oportunidade de se desenvolver.”
Professor 07	“Todos desde alunos, funcionários e professores

	trabalharem de igual para igual, para o bem de todos os alunos.”
Professor 08	“Uma escola inclusiva se faz pelo respeito a todos sem discriminação de suas limitações e principalmente adequar a estrutura física da escola para melhor atendê-los.”
Professor 09	“É aquela que em seu projeto político pedagógica permeia esse movimento de inclusão, para que os alunos possam estar inseridos na educação básica.”
Professor 10	“O entendimento e compreensão.”
Professor 11	“É dar acesso aos portadores com a finalidade de garantir o acesso permanente a qualidade de ensino”
Professor 12	“É ter profissionais com formação especificada com estrutura adequada para que possam desenvolver em trabalho com eficiência.”
Professor 13	“É dar oportunidade por direito ao PNNE e oferecer estrutura adequada.”
Professor 14	“Dar oportunidade sem que se sinta discriminado e ofereça condições para o seu desenvolvimento.”

Mediante as observações relatadas, é notório que os educadores têm a sensibilidade de que uma escola inclusiva, é necessário acima de tudo, enxergar o estudante com deficiência, com olhar de grandeza, apostando nele, capacidade e reciprocidades positivas. Nesse sentido, Strieder e Zimmermann (2010) abordam dizendo que quando a educação é inclusiva, abandona-se o conceito de que os alunos devem se tornar normais para contribuir e interagir ao meio.

Com relação ao conhecimento dos docentes referente a legislação que defende a inclusão escolar, todos manifestaram ter ciência do assunto, alguns até citaram o que relata a lei, o que reforça a preocupação dos educadores, com a integração escolar (Quadro 03).

Quadro 03: Quadro demonstrativo referente a legislação de inclusão escolar.

Professor 01	“Sim, a lei que dá o direito a todos que precisa.”
Professor 02	“Sim a lei que garante o direito a criança inclusiva.”
Professor 03	“Sim, a legislação vigente que dá direito a todos.”
Professor 04	“Sim, a Lei que dá direito da inclusão.”
Professor 05	“Sim, a que dá direito ao portador inserir na escola.”
Professor 06	“Sim, a lei que dá o direito a todos que precisa.”
Professor 07	“Não me Lembro.”
Professor 08	“Sim, posso citar a declaração de Salamanca, na Espanha em 1994 e em nosso país em 2001 a resolução do Conselho Nacional da Educação onde instituem diretrizes para a Educação Especial.”
Professor 09	“A lei 11.645 de 16 de março que altera a Lei de 9394 de 20 de Dezembro de 1996, que inclui o movimento mundial pela Educação Inclusiva.”
Professor 10	“Não”
Professor 11	“Sim, 11645/03 de 2008 e artigo que garante o acesso.”
Professor 12	“Sim, 11645/03/2008 e artigos como 24.”
Professor 13	“Sim, lei 11.645/16 março de 2008.”
Professor 14	“Sim, 11.645/03/2008 e também o artigo 24.”

Para afirmar que a inclusão escolar é defendida por legislações que funcionam a todo rigor, Machado e Albuquerque (2012) frisaram em um de seus trabalhos, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (n. 9.394/96) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) apoiam que a Educação Especial, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, estimulando o ambiente escolar, a ser uma inclusão educacional.

Acompanhando o roteiro das questões uma das perguntas do questionário, se no decorrer de sua vida profissional, já deparam com dificuldades em trabalhar na escola inclusiva, os mesmos responderam que

apesar da inclusão está aos poucos inserida na escola, a formação específica ainda é uma realidade distante, conseqüentemente, o que torna visível a dificuldade dos profissionais educativos, em desenvolver a aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais (quadro 04).

Quadro 04: Quadro demonstrativo referente a dificuldades dos professores em trabalhar na escola inclusiva.

Professor 01	“Sim a partir do momento que não tem uma formação específica, torna-se mais complicado.”
Professor 02	“Sim, por que ainda nem todos têm formação específica”
Professor 03	“Sim, pois a formação é de grande auxílio para o desenvolvimento do trabalho.”
Professor 04	“As vezes, devido a falta de formação específica.”
Professor 05	“Sim, pois mesmo sem preconceito ainda falta a formação.”
Professor 06	“Sim, torna-se mais complicado quando não temos uma formação adequada.”
Professor 07	“Não, pois a escola e a equipe gestora coordena todas as ações facilitando o trabalho.”
Professor 08	“Sim, devido a mobilidade deles, em uma escola inclusiva é necessário adequação do prédio”
Professor 09	“As dificuldades existem, porque na graduação não temos formação direcionada, mas com conhecimentos acadêmicos buscamos suprir as dificuldades.”
Professor 09	“As dificuldades existem, porque na graduação não temos formação direcionada, mas com conhecimentos acadêmicos buscamos suprir as dificuldades.”
Professor 10	“Não! Sou um professor protagonista mediador e busco sempre me atualizar.”
Professor 11	“Sim na maioria das vezes quando não encontro ajuda

	para o desafio.”
Professor 12	“Sim, quando não tenho oportunidade de participar de formação para desenvolver um trabalho.”
Professor 13	“Sim, por falta de formação dirigida para auxiliar no desenvolvimento.”
Professor 14	“Sim, quando a escola oferece condições de trabalhar para que se possa desenvolver e dar oportunidade a todos com PcD, não quando o PcD só é incluso.”

Para isso Battisti (2007) salienta que a inclusão educacional das crianças com deficiência garante a ela o direito à integração com os demais alunos, como a igualdade no tratamento. Desse modo estimula o melhor desenvolvimento físico e psíquico ao aluno especial e aos demais alunos, oportunizando assim atitudes de respeito, no ambiente educacional.

Ainda o autor reforça da importância de a escola constituir um aprendizado competente, onde o professor aprende, enriquece seus conhecimentos e renovando sua educação, fomentando a escola a enxergar novos desafios.

Quadro 05: Quadro demonstrativo referente a formação específica em inclusão escolar dos entrevistados.

Professor 01	“Não, pois não tenho formação específica, mas procuro ajudar.”
Professor 02	“Não, porque a formação específica é que nos dão base para auxiliar.”
Professor 03	“Não, pois não recebi formação específica”
Professor 04	“Não, mais procuro me informar.”
Professor 05	“Não, mas procuro me esforçar adquirindo conhecimento.”
Professor 06	“Ainda não, mas estou me preparando.”
Professor 07	“Sim como já disse, toda a escola auxilia o trabalho.”
Professor 08	“Sim, pois uma escola não se trabalha só uma equipe

	integrada na inclusão, facilita o trabalho, mas é necessário ainda muita mudança.”
Professor 09	“Sim, a partir do momento que busco formação específica.”
Professor 10	“Sim! Minha matéria é maleável e me dá essa oportunidade.”
Professor 11	“Não, sem uma formação voltada para auxiliar o desenvolvimento da criança PcD”
Professor 12	“Não, se não tiver uma formação específica e continuada.”
Professor 13	“Não, se não tiver uma formação e estrutura física apropriada dos portadores.”
Professor 14	“Não, se não estiver preparado com formação e a escola ter a base estrutural.”

Visualizando as afirmações dos profissionais da educação fica claro que é necessário uma preparação específica e continuada, para lidar com a inclusão. Assim Montoan (2006) afirma que é necessário reciclar o conhecimento dos professores, a saber, lidar e desenvolver o processo de aprendizagem com todos os alunos, sem exceções, oportunizando a eles a participação em cursos específicos, de práticas pedagógicas inclusivas.

O autor reforça o assunto relatando o desafio colocado ao professor em desenvolver estratégias educacionais diferenciadas é grande, e muitos ainda não estão preparados para enfrentá-las, no entanto, o aluno com necessidades especiais já foi inserido na escola. Sendo assim, é papel de cada educador, vivenciar o desafio, de forma a contribuir, fomentando as inovações, na melhoria do sistema de educação, proporcionando o início de uma escola inclusiva.

Tratando de escola enquadrada nos requisitos de inclusão, foi incumbido aos docentes, dizer se a escola onde trabalha, é considerada inclusiva, onde a maioria declarou que sim, embora o ambiente escolar precisa de inúmeras

adaptações, a mesma já trabalha com crianças especiais, favorecendo a elas, uma aprendizagem satisfatória, dentro da realidade vivida por esses professores (quadro 06).

Quadro 06: Quadro demonstrativo referente a formação específica em inclusão escolar dos entrevistados.

Professor 01	“No seu contexto geral não, mas existe as adequações onde pode favorecer a aprendizagem.”
Professor 02	“Sim, em parte pois temos alunos portadores acompanhados por ADIS.”
Professor 03	“Hoje, todas as escolas dão direito a criança portadora.”
Professor 04	“Sim, apesar das dificuldades encontradas.”
Professor 05	“Dentro das condições oferecidas não, mas fazemos o possível para dar oportunidade aquelas que precisam.”
Professor 06	“Sim, apesar das dificuldades encontradas.”
Professor 07	“Todas as escolas na maioria não estão adequadas pois há necessidade de instalar banheiros adaptados rampas entre outras, mas a equipe está se adaptando com toda sua responsabilidade.”
Professor 08	“Sim, temos alunos PcD e todos são tratados com muito carinho por todos”
Professor 09	“Pode ser considerada inclusiva, pois recebemos alunos portadores que participam das aulas de educação básica.”
Professor 10	“Sim! Aqui existem mil e uma realidade além da deficiência física a escola acolhe grande quantidade de excluídos socialmente.”
Professor 11	“Em parte, pois de acordo com a lei a inclusão faz parte, mas precisa de adequação geral.”
Professor 12	“É inclusiva pela lei que dá oportunidade para todos de igual para igual, mas falta mais estruturação básica.”
Professor 13	“Não, se não estiver preparada tanto na formação do

	docente como na estrutura de um modo geral.”
Professor 14	“Sim, pois recebemos alunos portadores e nem todos os profissionais receberam formação.”

Para uma escola ser classificada inclusiva, é preciso está respondendo aos requisitos estruturais, civis e o mais importante, psicológico e pedagógico. A respeito disso, Boneti (1997) afirma mencionando que para uma escola inclusiva, é necessário constituir um espaço privilegiado, onde permitisse a criança revelar e afirmar, sua identidade pessoal, como a grupo na qual ela pertence, contribuindo assim com a integração social da criança no espaço escolar.

2. O ENSINO EM LIBRAS

Libras é a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida pela Lei Nº 10.436/02 como forma de comunicação e expressão da comunidade surda com estrutura gramatical própria. Essa Lei foi um marco para esta comunidade, seguida do Decreto Nº 5.626/05, que vem regulamentar a Lei e indicar que a Libras deve ser utilizada e difundida na sociedade e, para isso, regulamenta a inserção obrigatória da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, e optativa nos demais cursos de educação superior e educação profissional. Desde o surgimento desta lei, muitas são as ações para que ela se cumpra, dentre elas cursos de Libras para familiares, professores e a sociedade em geral, em escolas, igrejas, centros de ensino e associações, dando a possibilidade de melhor interação entre esses sujeitos, sendo este um primeiro passo para a inclusão do surdo na sociedade.

Uma das formas de inclusão do surdo e também ensino de Libras para ouvintes é o coral, pois, através da música, este possibilita incluir e ensinar Libras de forma dinâmica, divertida para diversas faixas etárias, permitindo a comunicação e interação entre surdos e ouvintes em qualquer âmbito social.

2.1 LIBRAS: seu uso e difusão através do coral

Falar em Libras é falar em diversidade e complexidade que notabiliza um contexto histórico de muitos desafios, barreiras e avanços. Segundo Veloso e Maia (2009), a Libras (Língua Brasileira de Sinais) teve sua origem na Língua de Sinais Francesa, sendo sua modalidade gestual-visual, uma vez que utiliza como canal ou meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidas pela visão.

Os autores afirmam, ainda que, libras possui uma estrutura gramatical própria, sendo uma língua capaz de expressar ideias sutis, complexas, abstratas, pensamentos, poesia e humor.

Para Díaz et al., (2009) a língua de sinais foi trazida para o Brasil desde 1857 através do Conde francês Ernest Huet que era surdo, a pedido de Dom Pedro II para fundar a primeira escola de surdos em nosso país. Nota que a luta pela língua de sinais vem sendo desde o século XIX e no Brasil, esta língua recebeu o nome de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Vale ressaltar o que autor traz sobre institutos no Brasil:

No instituto os surdos eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais. A partir de então, os surdos brasileiros passaram a contar com uma escola especializada para sua educação e tiveram a oportunidade de criar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas de comunicação já usados pelos surdos das mais diversas localidades (Díaz et al., 2009).

De acordo com o autor a criação do instituto impulsionou um olhar para esta comunidade, que há séculos foram esquecidas pela sociedade. No entanto é importante salientar que a regulamentação da Libras trouxe muitas conquistas para os surdos em seus vários segmentos sociais e como forma de nortear essa importância, a Declaração de Salamanca foi um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, que uniu as várias declarações das Nações Unidas, acerca dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, com objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, bem como buscar melhorias ao acesso à educação das pessoas com deficiência.

Entretanto, a oficialização da língua só ocorreu 24 de abril de 2002, com a Lei N° 10.436/02 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas. Veloso e Maia (2009, p. 50) “{..} destacam que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou em 24 de abril de 2002, a lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a de comunicação entre surdos”.

Quadros e Karnop (2004) ainda salientam que a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - é a língua materna dos surdos brasileiros e que a Lei nº 10.436/02 reconhece e oficializa a Libras. Reforçam, também, que o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a referida lei e mantém a denominação conforme descrito no art. 1º que diz, "é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados".

É importante salientar o que o Decreto Nº 5.626/05 em seu capítulo IV, orienta o uso e a difusão da Libras garante que as pessoas surdas tenham professores formados em Libras desde a educação infantil, bem como ao acompanhamento de profissionais intérpretes, apoio pedagógico e acesso à tecnologia que proporcione uma aprendizagem satisfatória.

Os sinais e as línguas faladas usam duas modalidades diferentes, a modalidade visual-gestual das línguas de sinais e a modalidade oral-auditiva das línguas faladas. Embora as duas modalidades diferem claramente na produção e percepção de sinais comunicativos, as estruturas linguísticas são muito semelhantes entre as duas modalidades. As línguas gestuais empregam vários articuladores, como as mãos, partes do corpo, a cabeça e o rosto, propriedades geométricas do espaço para expressar características gramaticais simultaneamente. Segundo Quadros e Karnopp (2004):

As línguas de sinais são línguas de modalidade visuoespacial que apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais estabelecidas pelo movimento ou outros recursos linguísticos.

Tradicionalmente a língua é associada à fala, várias são as concepções inadequadas, segundo Quadros e Karnopp (2004), a língua de sinais traz uma particularidade diferente das demais:

A língua de sinais é uma mímica incapaz de expressar conceitos abstratos; Existe uma única língua de sinais que é universal e usada por todas as pessoas surdas; Há uma falta de organização gramatical nas línguas de sinais, sendo elas línguas improvisadas (...) São criadas de forma espontânea a partir da mistura de outras línguas e utilizadas como meio de comunicação entre falantes de línguas diferentes. Ou seja, têm vocabulários restritos e gramáticos

rudimentares sem estrutura própria, subordinadas e inferiores às línguas orais; É um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estética, expressiva e linguisticamente inferiores ao sistema de comunicação oral; Derivam da comunicação gestual e espontânea dos ouvintes; Seriam línguas do hemisfério direito [do cérebro], pelo fato de ser esse o hemisfério responsável pelo processamento de informação espacial, não se constituindo em um legítimo sistema linguístico.

Há um significativo entendimento de que a Língua Brasileira de Sinais é um meio de garantir a socialização e interação do surdo na sociedade, além de contribuir para a valorização e reconhecimento da cultura surda, sobretudo porque a sociedade precisa aprender libras para se comunicar com os surdos e isso acontece por meio das escolas, das igrejas, das associações, por meio de oficinas, de cursos e de coral.

De acordo com Giroto et al. (2012):

Educar tem que significar socializar e preparar o indivíduo para estar no mundo e, muitas vezes, para o surdo, esse é o único lugar em que ele tem a possibilidade de construção de uma identidade íntegra, baseada no que ele é e pode vir a ser.

Neste sentido, a arte em música o Coral de Libras utiliza a música como instrumento de socialização e aprendizagem, despertando os sentimentos, sendo aceita como um meio eficaz na construção da interação social.

Como mostra a pesquisa feita por Oliveira (2014) em que os sujeitos surdos pesquisados percebiam a música por todos esses elementos. O autor menciona a música como presente na vida e na cultura dos povos, a qual proporciona transformações, determina condutas e constrói conceitos, servindo como forma de expressão da sensibilidade, da criatividade, dos valores éticos e estéticos.

A comunidade surda inclui um grupo diversificado de pessoas, e todos podem sentir a música em certos volumes, especialmente em um show ao vivo,

De acordo com a pesquisa de Kuntze (2014). Mas um intérprete deve estar preparado não só para traduzir as letras de uma canção, mas também o ritmo e, até certo ponto, a melodia e harmonia, bem como a vibração geral, permitindo aos frequentadores de concertos surdos fazerem parte da experiência total.

Como a Libras já incorpora gestos e expressões faciais, para um coral seria necessário adaptar e expandir a interpretação de modo que as especificidades da dança e sinais musicais nele contidos sejam melhor compreendidos.

Como cita Kuntze (2014) “{..}o intérprete deve estar ciente de que algumas especificidades podem se perder visto que além do contato não ser direto, existem dificuldades técnicas e elementos que só quem domina o conteúdo musical pode explicar.”

Por isso, interpretar a frequência de sons, comunicar passo e ritmo com o corpo de uma forma que imita o movimento das ondas sonoras, contribui para a compreensão da música pelo surdo, como mostra a pesquisa feita por Oliveira (2014) em que a maioria dos sujeitos surdos pesquisados percebiam a música por todos esses elementos.

Em consonância com o autor Finck (2009):

Há um outro elemento na equação de escutar – a visão. A partir da visão, pode-se também ver os objetos movendo-se e vibrando. Ao ver a pele de um tambor vibrar, ou mesmo ao ver as folhas de uma árvore que se movem ao vento, o cérebro cria um som correspondente.

O desafio maior além de desmistificar as dúvidas referentes à musicalização ao público surdo também vem mostrando a sociedade que pode quebrar o paradigma do preconceito e mostrar que podem amar, sorrir, chorar, se encantar e aplaudir com suas mãos. Como citado por Kuntze (2014):

Nota-se nitidamente o preconceito existente de que o indivíduo surdo não pode estudar música, pensamento este que permeia também os educadores musicais. A falta de conhecimento acerca das possibilidades de aprendizagem para públicos diversos também é enfrentada por outros grupos minoritários e não são raros os casos de alunos com deficiência que não conseguem encontrar professores aptos e interessados em ministrá-los aulas de música.

Dessa forma, ser e estar em um coral traz à tona a ideia de um processo dinâmico e transformador como forma de singularizar a necessidade de cada integrante, bem como reforçar a importância da inclusão e interação, meio e forma que a música pode proporcionar em conjunto com a entrega e abertura das pessoas, surdas e ouvintes, envolvidas nesse processo.

2.2 Metodologia

No que tange o tema foi de grande valia a pesquisa para a compreensão da difusão do Coral na comunidade surda. Para a realização do artigo a metodologia aplicada embasa em uma pesquisa bibliográfica qualitativa com diversos estudos e leituras de autores e decretos. O grupo partiu de consultas em livros, artigos científicos e pesquisa na CAPES- Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão de grande referência em estudos, pela palavra Libras, o que retornou resultados muito amplos e fora do foco de interesse, como por exemplo, a moeda libras. O mesmo ocorreu quando pesquisou-se pela palavra inclusão, pois retornou vários tipos de inclusão, como por exemplo inclusão da mulher na sociedade ou do presidiário etc. Ao pesquisar pela palavra coral, obtive textos que falavam de corais marinhos ou até de espécies de serpentes. Por isso a pesquisa partiu-se juntando estas 3 palavras (Coral, Libras e Inclusão), para refinar os resultados e filtrar melhor ainda a pesquisa, restrita no período de 2008 a 2018.

Gil (2002) destaca que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside em permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. O autor ressalta que seria impossível ao pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita. Porém se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. Salienta ainda que a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Não há outra maneira de conhecer os fatos passados a não com base em dados bibliográficos. Por outro lado, o autor ainda menciona que essas vantagens da pesquisa bibliográfica têm, no entanto, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes, as fontes secundárias apresentam dados coletados ou

processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros. Para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente.

2.3. Resultados e discussões

Num primeiro momento, encontramos um total de vinte e nove mil e vinte e seis trabalhos relacionados, segundo o resultado de busca da ferramenta disponibilizada. Ao analisarmos os títulos, notamos que embora tenhamos encontrado as palavras pesquisadas juntas no mesmo texto, nem todas estavam relacionadas com o foco proposto. Durante essa análise, ocorreu também durante essa análise, a percepção de que alguns trabalhos retornaram mais de uma vez, ou seja, estavam duplicados.

Analisamos de forma mais profunda primeiramente observando apenas os títulos dos trabalhos. Como tínhamos apenas os títulos dos trabalhos como referência, separamos todos aqueles que faziam alguma menção acerca do tema proposto neste artigo, que seria a inclusão do surdo com o coral de libras. Nesta análise conseguimos separar 5 títulos de trabalhos, que apresentaram afinidade ao tema, que trata da área de artes, que estão dispostos a seguir:

TÍTULO	AUTOR	ANO	IES	TIPO
Libras e Português em jogo: design e arte em parceria	Bernabó, M. A. P.	2008	PUC-RIO	Mestrado
Surdo, língua e cultura: as práticas esportivas, recreativas e corporais na educação inclusiva	Almeida, N. S.	2013	UNIVERS O	Mestrado
Simetria na poética visual na	Machado, F.	2013	UFSC	Mestrado

Língua de Sinais Brasileira	A.			
Língua Brasileira de Sinais: expressões inovadoras	Correa, F. S.	2014	UFSC	Mestrado
A teatralidade do surdo na performance	Rezende, K. A.	2015	UFG	Mestrado

Após esse recorte em que resultou apenas em cinco trabalhos, fizemos a leitura dos resumos e introduções de cada um para saber com um pouco mais de aprofundamento, o real foco de estudo de cada um. Todos os trabalhos encontrados são de nível de mestrado em quatro diferentes universidades do país. Bernabó (2008) trata sobre o uso da arte e do design de maneira interdisciplinar com vistas às expectativas atuais da educação de surdos, porém não trata do assunto coral para tal finalidade. Enquanto Almeida (2013) tem a sua investigação realizada acerca de práticas que possam contribuir para o aprimoramento da educação inclusiva através das atividades esportivas, recreativas e corporais, mas novamente não utilizando o coral para essa inclusão. Já Machado (2013) pretende realizar análises de poemas em vídeo que identificaram padrões de regularidade e criatividade no uso da Libras pelo surdo, no entanto o coral não foi proposto como ferramenta. Em Correa (2014) é proposto inovações dos sinais com a intenção de brincar com a linguagem quebrando a convencionalidade do sinal, comumente encontrado na poesia, onde se brinca com a linguagem, porém não utilizando especificamente o coral como meio de interação. Por último, Rezende (2015) ressalta a importância da teatralidade e da performance do surdo para a sua identidade e cultura, sem focar particularmente em coral.

Notamos então que mesmo separando esses títulos por terem mais afeição ao que procurávamos, não encontramos nenhum trabalho que possuía exatamente a informação que buscávamos: o coral de libras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, conclui mediante a presente pesquisa, verificou-se que os resultados obtidos levam a um raciocínio que os profissionais da educação estão desempenham um papel muito importante, para o avanço e progresso da inclusão escola. Apesar dos empasses, é notório perceber que, aos poucos os estudantes com deficiência estão ganhando mais atenção da sociedade, porém, principalmente do sistema educativo. Os dados apurados reforçam a luta dos educadores para conquistar um espaço mais amplo, assim como o declínio do tratamento das crianças com diferença. Pôde-se perceber que a tarefa de buscar novos conceitos a inclusão escolar, é preciso priorizar os estudantes especiais e integrando e tratando dentro da normalidade de igualdade.

Pode-se concluir que no período de 2008 a 2018, não houve pesquisa que tratem do coral de Libras como meio de inclusão social publicada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, por esta razão, não tivemos muito êxito em saber sobre os benefícios do uso do coral para tal finalidade. Com esse estudo, propomos que haja mais pesquisas com esse tema para que melhoremos o nível de entendimento do uso do Coral na inclusão do surdo e ouvintes numa mesma comunidade.

4. REFERÊNCIAS

BATTISTI, C. M.; Inclusão: história e legislação, Cerro Grande; RS, 2007.

BONETI, R.V.F. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. In: MANTOAN, M.T.E. (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon Editora, 1997. p.167-173.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

_____. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 25/04/2002.

_____. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

Programa de Capacitação de Recursos humanos do Ensino Fundamental: Língua Brasileira de Sinais. Vol III. MEC/ SEESP, 1997.

CAVALHEIRO. Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 edição São Paulo: contexto.2020

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. vol. 16, num. 2, 2003. p. 221-236.

DÍAS, F.; BORDAS M.; GALVÃO N.; MIRANDA T. Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, vol. 30, n. 1, jan-abr. 2004

FORQUIN, J.-C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, n. 5, p. 28-49, 1992

Fragoso, F. M. R. A., & Casal, J. (2012). Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. *Revista Brasileira Educação Especial*, 8(3), 527-546.

FELIPE, T. e MONTEIRO, M. *Libras em Contexto*. Brasil: MEC/SEESP, 2006.

FINCK, R. *Ensinando Música ao Aluno Surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva*. Porto Alegre, 2009, Tese de Doutorado - UFRS.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em: 23 . Acesso em: 02 dez. 2018.

<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/G89VhYqSyh7VqLbhb5hF4Xm/?format=pdf&lang=pt>>

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. S. de O.; BERBERIAN, A. P. (Org.). *Surdez e Educação Inclusiva – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária*, 2012.

Kuntze, V. L. *A relação do surdo com a música: representações sociais*. Florianópolis, 2014, Dissertação de Mestrado - UFSC.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURENÇO, S. R. *Brincadeiras de Aruanã: performance, mito e música entre os Javaé da Ilha do Bananal –TO*. Santa Catarina, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Laêda Bezerra & ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. Inclusão de alunos com deficiência na escola pública: as representações sociais de professoras. Ver. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 37, p. 1085-1104, set./dez.2012.

MARANDELA JUNIOR, EDUARDO. II.Holzer, Werther. III.Oliveira, Lívia. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia/ São Paulo: Perspectiva, 2012.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, nº 33, p. 387-359, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, H. C. da C. O desenvolvimento do sujeito surdo através da música. Revista Virtual de Cultura Surda. Editora Arara Azul, Goiás – GO, 2014

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, N. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, D.B. R.; MARTINEZ, C. M. S.; SANTOS, J. L. F. Participação de crianças com paralisia cerebral nos ambientes da escola. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.1, p. 33-52, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VELOSO, E. e MAIA V. Aprenda Libras com Eficiência e Rapidez. Editora MaoSinais, Curitiba – PR, 2009.

5. ANEXOS

Questionário proposto para a pesquisa entregue aos professores.

Prezados Senhores

O objetivo desta pesquisa é procurar mostrar a dificuldade encontrada pelos professores para se trabalhar na escola inclusiva.

1) FORMAÇÃO

- a) Qual sua formação? _____
- b) Há quanto tempo exerce o magistério? _____
- c) Há quanto tempo leciona nesta escola? _____
- d) Possui alguma formação específica para trabalhar com alunos Pcd? Qual?

- e) Em seu processo de formação teve alguma disciplina que tratasse sobre a inclusão escolar?

- 2) O que é inclusão escolar para você ?

- 3) Em sua opinião o que faz uma escola ser inclusiva?

- 4) Conhece alguma legislação específica sobre inclusão escolar? Qual?

5) Em sua vida profissional encontrou ou tem encontrado dificuldade para trabalhar na escola inclusiva ? Justifique sua resposta.

6) Você se sente preparado para trabalhar na escola inclusiva? Justifique a sua resposta.

7) A escola em que trabalha pode ser considerada uma escola inclusiva? Justifique sua resposta.

ISBN 978-658733342-7



9

786587

333427